

Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) <div style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">31205663031</div>	Código da Natureza Jurídica <div style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">2062</div>	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio			

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: MAXIS INFORMATICA LTDA
 (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP

 MGP2000849724

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		026	1	ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF
		316	1	ENQUADRAMENTO DE EPP
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)

BELO HORIZONTE
Local

15 Dezembro 2020
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
 Nome: _____
 Assinatura: _____
 Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR
 ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____

Data
Responsável

☐ NÃO ____/____/____

Data
Responsável

Processo em Ordem À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
			____/____/____ Data	_____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	_____ Vogal	_____ Vogal	_____ Vogal	
____/____/____ Data	Presidente da _____ Turma			

OBSERVAÇÕES


Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8140523 em 16/12/2020 da Empresa MAXIS INFORMATICA LTDA, Nire 31205663031 e protocolo 207537097 - 09/12/2020. Autenticação: EABAA02BDC9F65C4EB65BB8B23415E46EDDFEB9. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/753.709-7 e o código de segurança pmo3 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
 SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/753.709-7	MGP2000849724	09/12/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
848.217.601-34	LUCIANO JOSE SANCHES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



MAXIS INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 65.146.037/0001-78

NIRE: 312.056.6303-1

DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

LUCIANO JOSÉ SANCHES, brasileiro, nascido em 04/10/1972, empresário, casado sob o regime de separação total de bens, portador do RG 22.350.988-7, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n. 848.217.601-34, residente e domiciliado na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua Maria Conceição das Dores, s/n, quadra 2, lote 40 – Vila Maria, CEP 74.919-381; **BRUNA CARDOSO ESPINDOLA SANCHES**, brasileira, nascida em 29/03/1994, enfermeira, casada sob o regime de regime de separação total de bens, portadora do RG 5815373, expedida pela SSP/GO, inscrita no CPF/MF sob o n. 757.378.921-15, residente e domiciliada na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua Maria Conceição das Dores, s/n, quadra 2, lote 40 – Vila Maria, CEP 74.919-381

Na qualidade de únicos sócios da sociedade empresária limitada, que gira nesta praça sob a denominação social de **MAXIS INFORMÁTICA LTDA**, com sede na Rua Albita nº 131 – 8º andar – Bairro Cruzeiro, Belo Horizonte / MG, CEP: 30.310-160, inscrita no CNPJ: 65.146.037/0001-78, com contrato social registrado na Junta Comercial de Minas Gerais - JUCEMG sob o NIRE: 312.056.6303-1 em 20/04/1999 (“Sociedade”), resolvem, de comum acordo, alterar o seu contrato social, fazendo – o mediante as seguintes cláusulas e condições, nos termos do disposto no § 3º do Artigo 1.072 do Código Civil Brasileiro:

I - DAS ALTERAÇÕES

I.1 – Da Abertura de Filial:

Neste Ato, a empresa constitui a seguinte filial:

Parágrafo 1: A filial terá sua sede no **Setor SIA Quadra 4-C, Lotes 51 e 56, sala 307, Condomínio do Edifício SIA Center I e II, Zona Industrial (Guara) –Brasília/DF, CEP: 71.200-045.**



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8140523 em 16/12/2020 da Empresa MAXIS INFORMATICA LTDA, Nire 31205663031 e protocolo 207537097 - 09/12/2020. Autenticação: EABAA02BDC9F65C4EB65BB8B23415E46EDDFEB9. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/753.709-7 e o código de segurança pmo3 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

Parágrafo 2: A filial exercerá as seguintes atividades:

I – A prestação de serviços na área de processamento de dados, de informática, de computação gráfica, inclusive a elaboração de crachás funcionais e outros documentos de forma computadorizada;

II – O desenvolvimento e licenciamento de programas de computadores, procedimentos, marcas, sistemas e normas procedimentos, a realização de consultorias, análise e de procedimentos, a elaboração, administração e realização de cursos e de material de treinamento correlatos com as demais atividades da sociedade;

III – A comercialização, compra e venda de equipamentos, suprimentos de informática e eletrônicos;

IV – Os serviços de consultoria em sistemas de segurança.

Parágrafo 3: A filial não terá destaque de capital.

I.2 – Da Porte Empresarial

Parágrafo único: Os sócios declaram que a sociedade se enquadra como **Empresa de Pequeno Porte – EPP**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC nº 123, de 2006)

I.3 – Do Objeto Social

A sociedade exerce as seguintes atividades no seu objeto social:

TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICOS DE APLICACAO E SERVICOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET IMPRESSAO DE MATERIAL PARA OUTROS USOS INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA ESTACIONAMENTO DE VEICULOS DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NAO-



CUSTOMIZAVEIS CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO SUPORTE TECNICO, MANUTENCAO E OUTROS SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO SERVICOS DE ENGENHARIA OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTIFICAS E TECNICAS LOCAAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIOS ALUGUEL DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, SEM OPERADOR PREPARACAO DE DOCUMENTOS E SERVICOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE TREINAMENTO EM INFORMATICA TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL REPARACAO E MANUTENCAO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFERICOS.

II - DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL: Tendo em vista as deliberações acima, os quotistas resolvem reformular e consolidar o Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATO CONSOLIDADO

MAXIS INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 65.146.037/0001-78

NIRE: 312.056.6303-1

CAPITULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO

Art. 1º - a sociedade girará sob a denominação social de **MAXIS INFORMÁTICA LTDA** e será regida por este contrato social e pela legislação aplicável.

Art. 2º - A sociedade é sediada na **Rua Albita nº 131 – 8º andar – Bairro Cruzeiro, Belo Horizonte / MG, CEP: 30.310-160, sendo o foro o desta comarca.**

§ 1º A sociedade iniciou suas atividades em **01/11/1991**, sendo indeterminado o seu prazo de duração.



§ 2º Mediante resolução dos quotistas que detenham quotas representando $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, a sociedade poderá abrir ou encerrar filiais, armazéns, escritórios e outras facilidades em qualquer parte do Brasil ou do exterior.

§ 3º A qualquer tempo, mediante resolução de quotistas detentores de $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, a sociedade poderá ser transformada em qualquer outro tipo de sociedade.

Art. 3º - A sociedade tem como objeto social:

TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICOS DE APLICACAO E SERVICOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET IMPRESSAO DE MATERIAL PARA OUTROS USOS INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA ESTACIONAMENTO DE VEICULOS DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NAO-CUSTOMIZAVEIS CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO SUPORTE TECNICO, MANUTENCAO E OUTROS SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO SERVICOS DE ENGENHARIA OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTIFICAS E TECNICAS LOCAAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIOS ALUGUEL DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, SEM OPERADOR PREPARACAO DE DOCUMENTOS E SERVICOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE TREINAMENTO EM INFORMATICA TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL REPARACAO E MANUTENCAO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFERICOS.

CAPÍTULO II – DA FILIAL

Parágrafo 1: A sociedade possui uma filial situada no **Setor SIA Quadra 4-C, Lotes 51 e 56, sala 307, Condomínio do Edifício SIA Center I e II, Zona Industrial (Guara) –Brasília/DF, CEP: 71.200-045.**



Parágrafo 2: A filial exerce as seguintes atividades:

I – A prestação de serviços na área de processamento de dados, de informática, de computação gráfica, inclusive a elaboração de crachás funcionais e outros documentos de forma computadorizada;

II – O desenvolvimento e licenciamento de programas de computadores, procedimentos, marcas, sistemas e normas procedimentos, a realização de consultorias, análise e de procedimentos, a elaboração, administração e realização de cursos e de material de treinamento correlatos com as demais atividades da sociedade;

III – A comercialização, compra e venda de equipamentos, suprimentos de informática e eletrônicos;

IV – Os serviços de consultoria em sistemas de segurança.

Parágrafo 3: A filial não tem destaque de capital.

CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL

Art. 4º. O Capital Social é de **R\$ 300.000,00** (trezentos mil reais), dividido em 300.000 (trezentas mil) quotas de valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalmente integralizado em moeda corrente e assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	CAPITAL SOCIAL	
	QUOTAS	VALOR (R\$)
LUCIANO JOSÉ SANCHES	297.000	297.000,00
BRUNA CARDOSO ESPINDOLA SANCHES	3.000	3.000,00
TOTAL	300.000	300.000,00

Parágrafo único. A responsabilidade dos quotistas é restrita ao valor de suas quotas, de acordo com o disposto no artigo 1.052 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.



CAPÍTULO III - ADMINISTRAÇÃO

Art. 5º. A sociedade é administrada e representada em todas as suas transações e atos perante clientes, fornecedores, autoridades, repartições públicas, entidades, estabelecimentos bancários, instituições financeiras e quaisquer outros, pelo quotista **LUCIANO JOSÉ SANCHES**, o qual assinará todos os papéis e documentos que envolvam responsabilidade para a Sociedade.

Parágrafo único. A denominação social será de uso do administrador, mas unicamente em assuntos de interesse da sociedade, sendo-lhe vedado sob pena de responsabilidade pessoal utilizá-la em proveito próprio ou em negócios de mero favor, tais como avais, endossos, fianças, ou em qualquer outros que não sejam de interesse exclusivo da sociedade.

Art. 6º. Os administradores poderão efetuar uma retirada mensal a título de “Pro Labore”, retirada esta que deverá obedecer o limite máximo permitido pela legislação do Imposto de Renda. Os demais sócios poderão efetuar uma retirada mensal a título de “Pro Labore”, o que dependerá da deliberação dos quotistas detentores de $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.

CAPÍTULO IV – DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS

Art. 7º. Os lucros ou prejuízos serão apurados através de Balanço Geral e Apuração do Resultado ao final de cada exercício, que se dará em todo dia 31 de dezembro de cada ano. Esses resultados, sejam eles negativos ou positivos, serão distribuídos aos sócios na proporção de suas quotas. No caso de resultados positivos, os mesmos poderão ser utilizados para aumento do Capital Social por decisão dos sócios detentores de $\frac{3}{4}$ (três quartos) do referido capital.

CAPÍTULO V – CESSÃO DE QUOTAS

Art. 8º. A transferência de quotas a estranhos ao ambiente social só será possível mediante a aprovação por escrito dos sócios detentores de $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.



CAPÍTULO VI – EXCLUSÃO DE QUOTISTAS

Art. 9º. Mediante deliberação dos quotistas representando a maioria do capital social, qualquer quotista poderá ser excluído da sociedade, observando-se o disposto no art. 1085 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

CAPÍTULO VII – CAUSA MORTIS

Art. 10. Em caso de interdição ou morte de qualquer dos sócios, suas quotas serão transferidas a um ou mais dos sócios remanescentes, na proporção das quotas que cada um possuir, pelo valor patrimonial líquido, obtido em balanço geral levantado com base nos resultados apurados até o último dia do mês imediatamente anterior à interdição ou falecimento, o qual será pago aos sucessores ou herdeiros do sócio interdito ou falecido.

§ 1º Na hipótese de não haver interesse dos sócios remanescentes pelas quotas do sócio interdito ou falecido, os respectivos haveres deverão ser apurados e pagos de acordo com o disposto no *caput* desse artigo.

§ 2º As quotas do sócio **LUCIANO JOSÉ SANCHES**, em caso de morte ou interdição do mesmo, serão automaticamente transferidas aos seus herdeiros.

CAPÍTULO VIII – DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 11. Os sócios detentores das quotas correspondentes a $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social poderão dissolver a sociedade a todo tempo, mediante um pré-aviso de três meses, aos demais sócios, regulando no instrumento de distrato as condições dessa dissolução.

CAPÍTULO IX – DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Art. 12. As deliberações sociais serão sempre tomadas pelos quotistas que representem $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.



Parágrafo único. As deliberações serão tomadas, a critério dos sócios, em reunião dos quotistas ou por escrito, ficando, no primeiro caso, estabelecida a convocação por qualquer meio que permita a comprovação de ciência de todos os integrantes do quadro social, podendo ocorrer, *i. e.*, através de carta, telegrama, fax, correspondência mediante protocolo ou e-mail, em todos os casos com comprovante de recebimento.

CAPÍTULO X – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Art. 13. O presente contrato poderá ser alterado a qualquer tempo pelos sócios detentores das quotas correspondentes a $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, que poderão ainda determinar a exclusão de qualquer sócio, cujas quotas serão transferidas e pagas na forma do Art. 10.

CAPÍTULO XI – CASOS OMISSOS E SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Art. 14. Os assuntos não tratados especificamente neste Contrato Social deverão ser regulados pelo disposto na Lei 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, e, supletivamente, pela Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976.

Parágrafo único. Embora a sociedade seja regida supletivamente pelas regras referentes às sociedades anônimas, não será, em qualquer hipótese, obrigatória a convocação das reuniões via imprensa, bem como a publicação de quaisquer outros atos societários que não sejam expressamente exigidos pela Lei 10.406.

Art. 15. Na hipótese de qualquer litígio ou divergência decorrente ou relacionado com este Contrato ou de violação do mesmo, os sócios envidarão seus melhores esforços para dirimir esse litígio ou divergência. Para esse efeito, consultarão e negociarão um com o outro em boa fé e entendimento dos seus interesses mútuos, para alcançar uma solução justa e equitativa satisfatória para todos os sócios. Se não chegarem a uma solução dentro de um prazo de 30 (trinta) dias, então o litígio ou divergência será finalmente dirimido por arbitragem em conformidade com o regulamento da Câmara de Arbitragem de Minas Gerais, de acordo com o disposto na Lei 9.307/96.

§ 1º O Juízo Arbitral será formado por 3 (três) árbitros, sendo que cada sócio terá direito a nomeação de um arbitro e o terceiro será nomeado em conjunto por ambos, ou, na hipótese de não haver acordo dentro de 30 (trinta) dias, pelo Presidente da Câmara de Arbitragem de Minas Gerais.



§ 2º Arbitragem terá lugar em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e será conduzida no idioma português.

§ 3º A sentença arbitral será irrecorrível, não estando sujeita a qualquer apelação, obrigando os sócios e seus sucessores. A decisão disporá sobre custos e despesas da arbitragem e todas demais as questões relacionadas com a mesma.

CAPÍTULO XII – DO PORTE EMPRESARIAL

Art. 16. Os sócios declaram que a sociedade se enquadra como **Empresa de Pequeno Porte – EPP**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC nº 123, de 2006)

CAPÍTULO XIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Os sócios administradores declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam a presente Alteração do Contrato Social da Sociedade em via digital única.

Belo Horizonte - MG, 07 de outubro de 2020.

(assinado digitalmente)
LUCIANO JOSÉ SANCHES
Sócio administrador

(assinado digitalmente)
BRUNA CARDOSO ESPINDOLA SANCHES
Sócia





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/753.709-7	MGP2000849724	09/12/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
757.378.921-15	BRUNA CARDOSO ESPINDOLA SANCHES
848.217.601-34	LUCIANO JOSE SANCHES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Relatório de Filiais Abertas

Informamos que, do processo 20/753.709-7 arquivado nesta Junta Comercial sob o número 8140523 em 16/12/2020 da empresa 3120566303-1 MAXIS INFORMATICA LTDA, consta a abertura da(s) seguinte(s) filial(ais):

NIRE	CNPJ	ENDEREÇO
5392001241-1	65.146.037/0002-59	SETOR SIA QUADRA 4-C LOTES 51 E 56, SALA 307 COND ED SIA CENTER I E II - BAIRRO ZONA INDUSTRIAL (GUARA) CEP 71200-045 - BRASILIA/DF

16 de dez de 2020



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8140523 em 16/12/2020 da Empresa MAXIS INFORMATICA LTDA, Nire 31205663031 e protocolo 207537097 - 09/12/2020. Autenticação: EABAA02BDC9F65C4EB65BB8B23415E46EDDFEB9. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/753.709-7 e o código de segurança pmo3 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 13/15



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa MAXIS INFORMATICA LTDA, de NIRE 3120566303-1 e protocolado sob o número 20/753.709-7 em 09/12/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8140523, em 16/12/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Aloysio de Almeida Figueiredo.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
848.217.601-34	LUCIANO JOSE SANCHES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
848.217.601-34	LUCIANO JOSE SANCHES
757.378.921-15	BRUNA CARDOSO ESPINDOLA SANCHES

Belo Horizonte. quarta-feira, 16 de dezembro de 2020



Documento assinado eletronicamente por Aloysio de Almeida Figueiredo, Servidor(a) Público(a), em 16/12/2020, às 14:19 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/validarDocumentos.jsf) informando o número do protocolo 20/753.709-7.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Belo Horizonte. quarta-feira, 16 de dezembro de 2020



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8140523 em 16/12/2020 da Empresa MAXIS INFORMATICA LTDA, Nire 31205663031 e protocolo 207537097 - 09/12/2020. Autenticação: EABAA02BDC9F65C4EB65BB8B23415E46EDDFEB9. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/753.709-7 e o código de segurança pmo3 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/12/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL